

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEVY MÜLLER JÚNIOR

PROJETO BENS COMUNS: A PRÁXIS DO BEM COMUM E A CIDADANIA ATIVA
ATRAVÉS DO ENSINO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS E FILOSOFIA

MATINHOS

2018

LEVY MÜLLER JÚNIOR

PROJETO BENS COMUNS: A PRÁXIS DO BEM COMUM E A CIDADANIA ATIVA
ATRAVÉS DO ENSINO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS E FILOSOFIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre no Ensino das Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Lautert

MATINHOS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

M685p

Müller Júnior, Levy

Projeto bens comuns: a práxis do bem comum e a cidadania ativa através do ensino de ciências ambientais e filosofia / Levy Müller Júnior; orientador Luiz Fernando de Carli Lautert. – 2018.

43 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2018.

1. Bens comuns. 2. Ensino e aprendizagem de filosofia. 3. Filosofia – Ensino Médio. 4. Ecopedagogia – Ensino Médio. 5. Educação ambiental. I. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais. II. Título.

CDD – 107.981

MINHA TRAJETÓRIA (MEMORIAL)

Nasci em Garuva/SC e tive a oportunidade de crescer em contato direto com a natureza exuberante da minha localidade. Tomava banho nas águas limpas do Rio São João e brincava em meio às árvores e bosques da região. Também frequentei as lindas praias de Guaratuba e Itapoá desde pequeno. Com dezessete anos, após a aprovação no vestibular da UFSC, fui morar em Florianópolis/SC e lá sempre estive em contato com a natureza nas praias da ilha. As minhas localidades preferidas eram: Praia da Joaquina, Campeche e Barra da Lagoa. Neste período não tive oportunidade de realizar estudos sobre as questões ambientais, mas sempre tive interesse; a oportunidade somente ocorreria mais tarde, quando fui aluno da Faculdade de Letras na Universidade de Pádua (UNIPD) na Itália e frequentei a disciplina de geografia, que era obrigatória, em 2007. Durante um semestre sendo aluno do Professor Graziano Rotondi na UNIPD tive a oportunidade de perceber a importância das questões ambientais para o bem estar individual e coletivo. Fizemos visitas de campo em várias localidades na região do Vêneto (Itália) para entendermos aspectos importantes de geografia humana tais como o conceito de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente.

Atualmente sou professor de Filosofia (com contrato temporário de quarenta horas semanais) na rede pública do Estado do Paraná. Durante a minha atuação como professor procuro demonstrar sempre uma preocupação com a formação do ser humano integral, portanto, as ideias referentes ao respeito à natureza e temas ligados ao desenvolvimento sustentável fazem parte dos assuntos abordados durante as aulas (principalmente quando o assunto em pauta é a Ética ou Filosofia política, por exemplo). Sempre estudei e atuei profissionalmente em escola pública; meu pai era professor pedagogo nos anos iniciais do Ensino Fundamental e minha mãe trabalhava como “serviços gerais” limpando a escola pública. Tenho orgulho de ser professor, pois sinto que posso contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. A carreira docente apresenta momentos desafiadores e também enriquecedores. A cada ano que passa sinto que estou me tornando um ser humano melhor por ser professor. Pretendo exercer esta profissão pelo resto de minha vida e por este motivo tenho muito orgulho de ser aluno no Mestrado

Profissional de Ensino em Ciências Ambientais, pois sinto que este momento é muito importante para a minha formação; acredito que este percurso de estudos me ajudou a melhorar muito a minha atuação em sala de aula. Tenho planos de elaborar mais projetos para a participação de alunos onde possamos relacionar filosofia, cidadania, meio ambiente e sustentabilidade. Já quando havia finalizado um trabalho de conclusão de curso numa pós-graduação (lato sensu) tinha mencionado a importância do desenvolvimento da cidadania através das aulas de filosofia. Este percurso realizado na UFPR Litoral só colaborou para o aprofundamento nestas questões. Ainda sinto a necessidade de adquirir conhecimentos práticos que possam ser associados às questões filosóficas contemporâneas. Um dos objetivos básicos é promover sempre o questionamento e indagação do corpo discente; principalmente sobre questões ambientais. É importante desenvolver o pensamento crítico. Meu objetivo primordial é fazer com que os alunos se percebam como pessoas responsáveis pelo próprio futuro (partindo da consciência do presente) e conseqüentemente responsáveis pelo futuro do ecossistema onde vivem, ou seja, que estejam conscientes das questões ambientais da atualidade.



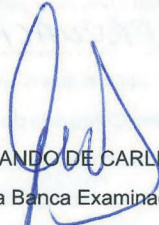
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO
PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS
CIÊNCIAS AMBIENTAIS

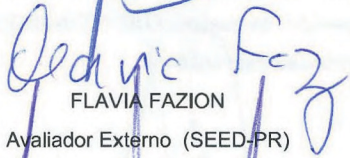
TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LEVY MULLER JUNIOR** intitulada: **Projeto Bens Comuns: A Praxis do Bem Comum e a cidadania ativa através do ensino de Ciências Ambientais e Filosofia.**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 26 de Setembro de 2018.


LUIZ FERNANDO DE CARLI LAUTERT
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


FLAVIA FAZION
Avaliador Externo (SEED-PR)


MANOEL FLORES LESAMA
Avaliador Interno (UFPR)

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, bênção e proteção.

À minha mãe pelo amor incondicional.

Aos professores que passaram pela minha vida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

Não se preocupe em entender, viver ultrapassa qualquer entendimento.

Clarice Lispector

RESUMO

A presente dissertação procura ressaltar a importância da valorização dos bens comuns para a sociedade e relatar duas experiências de ensino-aprendizagem onde o tema foi desenvolvido a partir das aulas de ética na disciplina de Filosofia. Após a introdução, a primeira parte da dissertação desenvolve mais a perspectiva teórica do projeto, ou seja, o tema é apresentado e contextualizado a partir da leitura do livro “Beni Comuni” do jurista italiano Ugo Mattei. O autor enfatiza, entre outras coisas, que a ideia de bens comuns (apresentados como algo que tem natureza relacional, e todos têm o direito de usufruir deles) precisa ser resgatada e difundida. Quando as pessoas de uma maneira geral valorizarem a água, por exemplo, enquanto bem comum, então será inconcebível a privatização das companhias de abastecimento. Na segunda parte da dissertação, voltada para a prática, tem-se o relato de dois momentos (duas experiências feitas em escolas públicas no município de Guaratuba/PR) onde o projeto foi aplicado. O caminho mais adequado para a valorização dos bens comuns pode ser obtido através do “parto das ideias” que Sócrates propôs com seu modo de fazer filosofia. O trabalho também apresenta uma proposta de protocolo didático (ou sequência didática) para os professores que queiram aplicar esta ideia em outros contextos e adaptá-la de acordo com as necessidades locais. Estas experiências foram denominadas “Projeto Bens Comuns”, pois visavam desenvolver nos discentes a perspectiva de que os recursos naturais são bens comuns e precisam ser tutelados por todos (enquanto ato ligado ao conceito de cidadania). A partir das aulas de filosofia que abordavam ética foi possível desenvolver um debate utilizando o *modus operandi* de Sócrates, ou seja, o “parto das ideias” onde o interlocutor expressa o que realmente pensa e não simplesmente repete o que as convenções sociais sugerem. Dentro deste contexto os alunos puderam também realizar cartazes para ilustrar os seus pensamentos e sua pesquisa. O mais importante deste processo é desencadear no aluno a perspectiva de que a reflexão desenvolvida durante a aula de filosofia precisa influenciar e aperfeiçoar a prática no cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia. Bens Comuns. Meio ambiente. Ecopedagogia.

Grupo focal. Ciências ambientais. Ensino médio.

ABSTRACT

The present dissertation tries to expose in a succinct way the importance of the valorization of the common goods and to report two teaching-learning experiences where the theme was developed from the ethics classes in the discipline of Philosophy. In the first article, which is theoretical, the theme is presented and contextualized from the reading of the book "Beni Comuni" by the Italian jurist Ugo Mattei. The author emphasizes, among other things, that the idea of the common good needs to be rescued and diffused. When people generally understand that water, for example, is a common good, then privatization of supply companies will be inconceivable. In the second article (aimed at the practice) we have the report of two moments that occurred in different schools where the project was applied. The most adequate way for valuing common goods is born of the "birth of ideas" that Socrates proposed with his way of doing philosophy. The paper also presents a proposal for a didactic protocol for teachers who want to apply this idea in other contexts and adapt it according to local needs.

KEYWORDS: Philosophy. Common Goods. Environment. Ecopedagogy. Focus group. Environmental Sciences. High school.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL	11
2	BENS COMUNS: REFLEXÕES SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS NAS AULAS DE FILOSOFIA	13
2.1	BEM COMUM – UM DIÁLOGO FILOSÓFICO SOBRE O MEIO AMBIENTE..	13
2.2	UM BREVE PANORAMA SOBRE O CONCEITO “BEM COMUM” NO OCIDENTE.....	16
2.3	O DIÁLOGO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO A PARTIR DA SALA DE AULA.....	19
2.3.1	O CAMINHO PROPOSTO PELA ECOPEDAGOGIA.....	21
2.4	A PESQUISA-AÇÃO E A TÉCNICA DO GRUPO FOCAL PARA FACILITAR O “PARTO DAS IDEIAS” SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS DURANTE AS AULAS DE FILOSOFIA.....	23
3	PROJETO BENS COMUNS: DUAS EXPERIÊNCIAS REAIS SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS NAS AULAS DE FILOSOFIA	26
3.1	COMO TRABALHAR CIÊNCIAS AMBIENTAIS DURANTE AS AULAS DE FILOSOFIA?.....	27
3.2	RELATO DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	30
3.2.1	EXPERIÊNCIA 1 – COLÉGIO GRATULINO DE FREITAS – GUARATUBA/PR.....	30
3.2.2	EXPERIENCIA 2 – COLÉGIO 29 DE ABRIL – GUARATUBA/PR.....	34
4	PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO GERAL

Os assuntos referentes às ciências ambientais se propõem obviamente como matéria interdisciplinar. Para uma parte dos professores, de modo geral, ainda não é algo tão comum falar sobre as responsabilidades dos seres humanos em relação ao meio ambiente. O assunto é demasiadamente amplo e engloba várias facetas que revelam a complexidade das ciências ambientais.

Alguns fatos que fazem referência à acumulação de capital, à força da propriedade privada, às injustiças no campo do direito etc., podem trazer clareza para os alunos/cidadãos sobre a pouca consideração de grande parte das grandes corporações e de alguns políticos em relação às temáticas ambientais. Sobre este tema têm-se muitos clichês e o senso comum ajuda a fortalecer as frases de efeito; vê-se pouco resultado concreto, pouco engajamento e poucas ações práticas na tutela dos recursos naturais, que são de todos!

Segundo alguns telejornais estamos “endividados” em relação aos recursos naturais quando os mesmos revelaram que até o mês de julho de 2018 já tínhamos exaurido todos os recursos naturais necessários para o ano corrente. Excedemos a capacidade regenerativa da Terra para 2018 na metade do ano. Por essas e outras, realizar projetos que enalteçam e possam fortalecer a consciência dos alunos que atuarão na sociedade, enquanto cidadãos é um grande desafio.

No momento atual é fácil notar que a cultura de consumo proposta pelo capitalismo foi bem aceita pela maioria das pessoas sem muita discussão sobre o assunto; em nome do conforto e do bem estar econômico muitas pessoas perdem a noção que vivemos num planeta com recursos finitos; trazer uma reflexão capaz de conscientizar a população a ir à contramão do que propõe o “sistema” é tarefa árdua e muitas vezes arriscada. A zona de conforto e o senso comum prevalecem na maioria das mentes e qualquer inovação fora das tendências costumeiras parece ser inviável e “fora de moda”. Os governantes também não colaboram para um novo paradigma onde o “ser” prevaleça sobre o “ter”. Estamos todos reféns do mercado financeiro e da má gestão dos recursos naturais.

A proposta deste trabalho é acima de tudo desenvolver conscientização e esclarecimento. Através destes instrumentos e também do pensamento crítico pode-se fazer uma revolução no *modus operandi* habitual.

Um dos fatos mais graves que ocorreram neste país foi a retirada das disciplinas de filosofia e sociologia durante os anos da ditadura militar; estas

disciplinas voltaram somente a partir do ano de 2008 e os docentes destas disciplinas podem notar o quanto é difícil construir bases sólidas para a saída do senso comum que permeia o pensamento geral. A ideia do projeto “Bens Comuns” nasce com o objetivo de aliar a disciplina de filosofia (através da ética) às questões ambientais no que se refere ao poder, às políticas públicas, à força da cidadania ativa para fortalecer a visão de “bem comum” tão ausente nas práticas políticas do nosso cotidiano. Nas próximas páginas o presente trabalho é apresentado através dois artigos (um teórico e outro prático) que sintetizam todo o conteúdo desenvolvido durante o período de estudos no Mestrado em Rede Nacional para o Ensino de Ciências Ambientais.

A relação de ensino-aprendizagem no ensino médio pode ser muito mais significativa a partir de projetos que abordem de maneira interdisciplinar a questão ambiental através do desenvolvimento do pensamento crítico. A partir da leitura do livro “Beni Comuni” do jurista italiano Ugo Mattei surgiu a ideia do “Projeto Bens Comuns” que pode ser desenvolvido em ambientes formais e não formais de ensino. O projeto busca aliar o desenvolvimento do pensamento crítico (nas aulas de filosofia) a partir das temáticas ambientais, para uma melhor conscientização do corpo discente; buscando diminuir desta forma a distância entre teoria e prática.

Nos últimos tempos se faz urgente resgatar princípios relacionados à ética, cidadania e pensamento crítico. O instrumento mais indicado para este resgate é a disciplina de filosofia. Toda a história da filosofia nos permite estabelecer reflexões sobre o sentido de palavras e expressões tais como: participação política, propriedade, poder, bem comum. É possível pensar sobre o meio ambiente enquanto categoria pertencente aos bens comuns e esta é uma das propostas do autor Ugo Mattei na obra “Beni Comuni”. Através dos conceitos construídos durante as aulas de filosofia (que abordam ética, cidadania e filosofia política) é possível dar atenção especial aos bens comuns. As aulas podem propiciar reflexões para incentivar o aprimoramento da gestão coletiva dos recursos naturais, e também o envolvimento da cidadania ativa (sociedade civil) nas questões ambientais. Este novo percurso, de maior responsabilidade e interesse pelos bens comuns, poderá iniciar na escola, a partir de uma didática inovadora.

2. BENS COMUNS: REFLEXÕES SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS NAS AULAS DE FILOSOFIA.

2.1 BEM COMUM – UM DIÁLOGO FILOSÓFICO SOBRE MEIO AMBIENTE

O tema dos bens comuns pertence a vários campos disciplinares. A noção de bem comum é ampla e flexível, por isso é difícil caracterizá-la de maneira simplificada nas classificações legais e políticas. O bem comum tem natureza relacional na sua essência, faz parte da vida cotidiana e surge como uma necessidade; temos como exemplos: a água, o ar, a terra, a internet (rede de compartilhamentos), o conhecimento, etc. Portanto todos têm o direito de usufruir deles.

Desta maneira, os bens comuns, em sentido amplo, são bens e recursos que os indivíduos compartilham e exploram juntos. Todos têm o direito de usufruir deles.

Em 2011, tendo em vista a consulta pública com vistas à privatização da água na Itália o jurista Ugo Mattei escreve o livro “Beni Comuni”¹ e traz à tona esta importante temática para os cidadãos de modo geral. Ele levanta os seguintes questionamentos: os interesses políticos e das grandes corporações favorecem ou destroem a noção de bens comuns? O que podemos fazer para resgatar os bens comuns?

A partir da leitura do livro “Beni Comuni” de Ugo Mattei se pode observar a dinâmica que favoreceu o afastamento (e até o menosprezo) do conceito, da noção de bens comuns. O autor mostra que os recursos naturais inúmeras vezes estão subjugados aos interesses econômicos e patrimoniais. Mattei coloca de maneira clara os fatos históricos que desencadearam todo esse processo ainda vigente e que podem conduzir nosso planeta ao caos.

Ao se referir sobre uma visão equivocada dos bens comuns, Mattei na introdução do seu livro, recorda um famoso ensaio de Garrett Hardin intitulado “A Tragédia dos Comuns” (publicado em 1968 pela revista Science). Hardin queria demonstrar neste ensaio que a gestão coletiva dos comuns pode causar a sua exaustão; então argumenta que, para evitar a tragédia, ou seja, o esgotamento dos bens comuns, é necessário um controle externo, pelo Estado ou pela propriedade privada. Visão que Mattei discorda completamente, pois o Estado na maioria das vezes está preocupado em cortar gastos e pagar dívidas privatizando bens comuns; e a iniciativa privada, por sua vez, busca o lucro acima de qualquer outra coisa.

¹MATTEI, Ugo. Beni Comuni – Un manifesto. Roma: Laterza, 2011.

Mattei ressalta que:

O surgimento da consciência política da expropriação (ou pilhagem) dos bens comuns no âmbito das batalhas em curso (pela água, pela universidade pública, pela comida, contra as grandes obras que destroem os territórios) se desenvolve frequentemente sem uma suficiente “ligação” com uma elaboração técnico-jurídica de novos instrumentos que sejam capazes de produzir nova consciência e de indicar uma direção. Este *Manifesto*, escrito com a consciência de que o direito possa ficar vivo somente se acompanhado pela luta concreta contra a injustiça, quer oferecer uma pequena contribuição a esta necessária obra “de ligação”, e constitui um ato de luta contra uma “realidade” binária (Estado/mercado) artificialmente naturalizada pela retórica dominante. (MATTEI, 2011, p.16, tradução nossa)

Portanto, este livro representa um manifesto à favor bens comuns, entendido como uma luta contra a realidade binária composta por Estado e propriedade privada. Na verdade Mattei critica a falsa oposição atribuída a eles ao expor esta relação onde os dois elementos se apresentam unidos pelo mesmo objetivo: criar novas oportunidades para a comercialização de produtos e privatização dos bens comuns; o que resulta na lógica da acumulação de bens e capitais às custas do interesse geral do povo. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012) também fala destas questões importantíssimas para a atualidade em seu livro “O desafio ambiental”:

O princípio da escassez, assim como a propriedade privada que lhe é essencial, é que comanda a sociedade capitalista e suas teorias liberais de apropriação dos recursos naturais. Ocorre que a ideia de riqueza é o contrário de escassez e aqui reside uma das maiores dificuldades da economia mercantil: incorporar a natureza como riqueza, como algo abundante, um bem comum. O desafio ambiental coloca-nos diante da necessidade de forjar novas teorias que tomem como base a riqueza e não a escassez. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 61)

Mattei, através de uma argumentação profunda, explica em detalhes como o bem comum está preso entre duas entidades (Estado/mercado) que parecem ser bigorna e martelo. O bem comum não pode ser considerado uma mercadoria. A partir de 1400, o alicate (metáfora para ilustrar a situação onde ocorrem dois pontos de pressão sob um único ponto) composto por propriedade privada/Estado expropriou os bens comuns de seus povos (por exemplo, os *enclosures* ou cercamentos na Inglaterra). Etimologicamente, propriedade privada significa privar, subtrair algo de alguém que antes podia usufruir sem maiores problemas. Portanto, os bens comuns precisam ser considerados como uma reconquista dos espaços públicos e como o nascimento de um novo modo de pensar baseado na qualidade das relações e não na quantidade através da acumulação. Segundo Mattei, é

urgente uma reconstrução real das instituições para proteger e promover os bens comuns. Esta reconstrução pode ser implementada através de uma revolução cultural.

Sabe-se que marginalização do conceito de bem comum nasce obviamente a partir dos conflitos de interesse, das relações de poder e, portanto, das relações econômicas. Entretanto Mattei nos apresenta de maneira sistematizada caminhos que podem nos ajudar a resgatar o conceito de bem comum; ele relata algumas situações reais onde populações tiveram coragem e resistência para lutar e salvar seus bens comuns (água, terra, etc.). Este ensaio leva o leitor a exercitar a capacidade crítica e o estimula à filosofar. Mattei deixa claro quais são seus objetivos com esta obra:

O estudo e a militância pelos bens comuns me colocam em oposição radical com relação a muitos dos meus colegas que participam (por ingenuidade ou interesse) à construção de um sistema de pensamento (também acadêmico) a qual lógica de breve período insiste em apresentar imagens distorcidas da realidade. Ocorre preferivelmente criar consciência pública da dramática necessidade de reconstruir as nossas instituições de modo coerente e com a necessidade de conservar e promover os bens comuns, mostrando antes de tudo a profunda revolução cultural que isso pede. (MATTEI, 2011, p.18, tradução nossa)

Estas reflexões sobre os bens comuns podem ser abordadas durante as aulas de filosofia, a partir do momento que o currículo desta disciplina engloba o estudo da ética e da filosofia política.

Sabe-se que a filosofia nasce da capacidade de estranhamento e questionamento do ser humano. A partir do momento que qualquer pessoa não encara com naturalidade um fato e o questiona, está de fato abrindo as portas para o pensar filosófico.

No ano de 2008 voltou à grade curricular (do ensino médio nas escolas públicas) no Brasil a disciplina de filosofia que havia sido retirada dos parâmetros curriculares pela ditadura militar. Este retorno porta consigo um conjunto de desafios.

Um dos grandes desafios dos professores de filosofia do ensino médio na atualidade é desencadear nos seus alunos a valorização do pensamento crítico e pelas ideias bem fundamentadas. Nos tempos atuais onde tudo parece estar pronto e finalizado, onde carregamos uma quantidade enorme de informação em nossos bolsos dentro dos smartphones às vezes parece difícil provar aos alunos que é possível ir além das aparências. Alguns professores de filosofia (infelizmente) ainda

acreditam que essa matéria consiste basicamente em estudar os pensadores clássicos e demonstram uma preocupação enorme com as capacidades mnemônicas dos alunos; muitos docentes oferecem esta importante disciplina como um conjunto gigantesco de nomes e datas para serem decorados pelo corpo discente. O que acaba dificultando (senão abolindo) o desenvolvimento do pensamento crítico nos alunos.

O livro didático “Filosofia – experiência do pensamento” do professor Silvio Gallo apresenta o ensino desta disciplina de maneira abrangente, facilitando o processo de autonomia intelectual dos estudantes. É um manual introdutório sobre a filosofia onde são apresentados os grandes pensadores mas também traz reflexões sobre os temas atuais para, deste modo, propor uma mudança efetiva na maneira de pensar na sociedade em que vivemos.

Dentro desta perspectiva apresentada acima o livro “Beni Comuni” também pode ser utilizado como um instrumento para o ensino de filosofia com ênfase no ensino das ciências ambientais. Esse processo ajudará o aluno a entender que cuidar do meio ambiente vai muito além da reciclagem e que os fatos do cotidiano ligados à política, à economia, aos direitos, à ética, enfim à cidadania influenciam enormemente a realidade de todos.

O teólogo Leonardo Boff no livro “Ética e Espiritualidade – como cuidar da casa comum” ressalta que:

O fato decisivo que vale enfatizar é que finalmente, a humanidade acordou de seu sono dogmático de que os problemas da Terra seriam resolvidos pela própria Terra. Ela não é mais sustentável, pois para repor o que lhe subtraímos em bens e serviços para o nosso consumo em um ano ela precisa de um ano e meio para os repor; prova evidente de que atingimos seus limites físicos de suportabilidade. Um projeto de crescimento, desenvolvimento ilimitado não pode mais ser suportado por um planeta limitado, pequeno e velho. Temos que mudar de curso e reinventar uma outra forma de habitar a casa comum e obter dela, com racionalidade, sentido de medida e sutil cuidado; tudo o que precisamos para uma vida coletiva suficiente e decente para todos. (BOFF, 2017, p. 19)

O ensino de ciências ambientais possibilita sempre uma abordagem interdisciplinar. É praticamente impossível trabalhar este tema sem utilizar-se das pesquisas e reflexões desenvolvidas em todas as áreas do conhecimento. Esses recursos podem ser utilizados para facilitar a aprendizagem de maneira significativa, e o aluno poderá desenvolver a conexão da teoria com a *práxis*.

2.2 UM BREVE PANORAMA SOBRE O CONCEITO "BEM COMUM" NO OCIDENTE

O conceito de bem comum, entendido como bem de todos, não é algo recente, já na Idade Antiga existia grande preocupação com esta temática; nos dias atuais adquire, cada vez mais, uma conotação indispensável para todos nós.

Platão (428/427 a.C. - 348/347 a.C.) no livro "A República" (escrita por volta de 380 a.C.) deixa claro que a sociedade ideal é aquela onde cada pessoa é consciente das suas características individuais e desempenha um papel condizente com as próprias inclinações para, dessa maneira, compor um ambiente mais equilibrado e saudável. Quando o autor expõe os três caracteres básicos (concupiscível, irascível e racional) e as ocupações referentes a predominância de cada um desses caracteres (produtor, político e filósofo) ele busca transmitir ao leitor uma ideia de harmonia e equilíbrio na qual cada pessoa pode encontrar seu lugar no mundo e desta maneira compor um ambiente onde reinará a felicidade. Outra teoria importante na filosofia de Platão consiste em afirmar que tudo o que existe aqui na nossa realidade material é uma cópia do que é perfeito, eterno e imutável e está no mundo das ideias.

[...] ao fundarmos a cidade, não tínhamos em vista tornar uma única classe eminentemente feliz, mas, tanto quanto possível, toda a cidade. De fato, pensávamos que só numa cidade assim encontraríamos a justiça [...]. Agora julgamos modelar a cidade feliz, não pondo à parte um pequeno número dos seus habitantes para tomá-los felizes, mas considerando-a como um todo [...]. (A República, p. 115-116).

De maneira geral, a filosofia de Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) buscava distanciar-se de Platão (seu professor); isto pode ser percebido também através da história da arte, tanto que na obra do pintor italiano Rafael "Escola de Atenas" (feita entre 1510 e 1511) enquanto Platão foi representado apontando o dedo pra cima (referindo-se ao mundo das ideias) Aristóteles é representado com a mão aberta diante de si (demonstrando interesse por tudo o que estava na sua frente). Entretanto, ambos tinham ideias semelhantes no que diz respeito ao bem comum com relação à coletividade, à vida em comunidade. A diferença é que para Platão o bem comum seria relacionado à justiça e para Aristóteles seria a vida boa e feliz.

Aristóteles era um pensador atento a todos os aspectos da vida que o circundava. Além de obras que tratavam de biologia, tais como "História dos animais" e "Das plantas" ele contribuiu muito na chamada filosofia prática, ou seja, nas questões ligadas à práxis e à vida cotidiana.

Na obra “Política” Aristóteles apresenta de maneira clara a sua ideia sobre o bem comum. Para o autor toda a preocupação com a comunidade, com o coletivo passa pelo conceito de cidadania. Para ele o bem comum leva à felicidade e deve prevalecer em detrimento de um individualismo míope; esse posicionamento vai fortalecer uma sociedade equilibrada e portanto mais feliz. Através da política (pois somos todos animais políticos na concepção de Aristóteles) conseguiremos a realização do bem comum. Este pensamento esteve presente em todas as etapas sucessivas da história da humanidade até os dias atuais, e hoje mais do que nunca percebe-se a importância deste ideal a ser alcançado.

Uma vez que vemos ser toda a cidade-estado uma certa comunidade e que toda a comunidade é constituída em razão de um bem (com efeito, todos agem sempre em vista do que lhes parecer ser o bem), é evidente que todas as cidades-estado anelam um bem, sobretudo, a comunidade suprema e que contém as restantes visa ao supremo bem. É esta comunidade que se chama cidade-estado, e é ela a comunidade política. (Política, excertos 1252 a – 1253 b)

Mais tarde, juntamente com os ideais cristãos difundidos durante a Idade Média também se propaga a ideia de que somos todos iguais perante Deus; Santo Agostinho (354 – 430 d. C.) no livro “Cidade de Deus” desenvolve ideias sobre uma cidade na qual reinaria a justiça e a paz (portanto, é possível notar aqui uma clara referência ao bem comum). Entretanto sabe-se, através dos fatos históricos, que as grandes monarquias na Europa Medieval juntamente com a Igreja eram organizações fortes que estavam mais propensas a afirmar o próprio poder através dos embates e conflitos do que demonstrando uma preocupação com o bem comum naquele período. A partir do Renascimento inicia uma forte tendência de valorização do ser humano (antropocentrismo) o que proporcionará gradualmente uma ideia equivocada de superioridade do humano com relação à natureza.

Mais tarde podem-se constatar grandes mudanças na sociedade europeia a partir do iluminismo e da Revolução Francesa (de onde surgem conceitos como: liberdade, igualdade e fraternidade) o que contribuiu posteriormente à Declaração de Independência dos Estados Unidos: “Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade”.

A forma como os eventos (alianças, rupturas e até as guerras) foram

acontecendo na história da humanidade levaram os Estados Nacionais a priorizar cada vez mais as questões relacionadas ao capital. Karl Marx no século XIX levanta a questão da luta de classes, pois a revolução industrial contribuiu posteriormente para favorecimento da ideia de que vale tudo em busca do lucro e do desenvolvimento (que na grande maioria dos casos é insustentável). Produtos deixaram de ser realizados de maneira artesanal e passaram a ser produzidos em escala industrial e esta mudança passou a exigir um mercado consumidor cada vez mais amplo para o fortalecimento da economia. Mesmo que esta ideia de “desenvolvimento” pudesse prejudicar a longo prazo o meio ambiente e conseqüentemente as pessoas, ela foi levada a diante e está aí até hoje.

Também o positivismo, a partir do século XIX se propunha a resolver todos os problemas da humanidade através da ciência de modo visionário. No século XX a ciência desdobrou-se em novas tecnologias para atender vários mercados. O meio ambiente, bem comum, ficou cada vez mais subordinado às questões econômicas e de poder. Os governantes e as grandes corporações esforçaram-se para colocar em prática leis que contribuíram para o fortalecimento dos mais poderosos sem levar em consideração a destruição dos recursos naturais além de criar desigualdades sociais gigantescas.

Dentro desta perspectiva a ideia de progresso material/econômico é vista como prioridade, mas os recursos naturais e as relações humanas não. Fruto desse processo histórico, atualmente, encontra-se o ser humano comum cada vez mais fragilizado, fragmentado, alienado, refém da tecnologia que muitas vezes pode roubar seu emprego, refém de um sistema político que se preocupa mais com os eventuais eleitores do que com o cidadão.

Por isso faz-se necessário trazer à tona uma série de reflexões sobre o bem comum. Propor o reconhecimento dos bens comuns (incluídos os recursos naturais, mas não somente) num primeiro momento para a partir daí propor soluções para a gestão (até mesmo coletiva) dos mesmos.

Em 2009, a economista estadunidense Elinor Ostrom recebeu o prêmio Nobel de economia pelos seus estudos sobre os “commons” (bens comuns) e em particular pelo seu livro de 1990, *Governing the Commons*, a matéria dos bens comuns, ou mais em geral do “comum”. Ela criticou duramente o conhecido ensaio de Garrett Hardin denominado “A tragédia dos comuns” onde o autor afirma que o comum é o lugar do não direito por excelência.

2.3 O DIÁLOGO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO A PARTIR DA SALA DE AULA

Uma das maiores dificuldades para os professores é abordar conteúdos desafiadores, como os propostos pelas ciências ambientais de uma forma atrativa, de modo a ocorrer a aprendizagem significativa para o corpo discente. A escola tradicional, baseada na memorização e numa visão racionalista impede muitas vezes um olhar mais amplo e mais qualitativo. Os próprios alunos demonstram-se sempre muito preocupados com a pontuação das atividades avaliativas e bem menos preocupados em apropriar-se verdadeiramente e profundamente dos conteúdos desenvolvidos pelo professor. Desconstruir essa visão não é tarefa fácil, mas com a valorização do diálogo na sala de aula, o caminho pode se fazer menos difícil. Celso dos S. Vasconcellos no seu artigo “Metodologia dialética em sala de aula” (1992) ajuda os professores a entenderem que:

Uma metodologia na perspectiva dialética baseia-se em outra concepção de homem e de conhecimento. Entende o homem como um ser ativo e de relações. Assim, entende que o conhecimento não é “transferido” ou “depositado” pelo outro (conforme a concepção tradicional), nem é “inventado” pelo sujeito (concepção espontaneísta), mas sim que o conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, re-elaborado [sic], pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial. (Vasconcellos, 1992, p. 2)

Durante as aulas nas quais são abordados os temas ligados à filosofia e ciências ambientais é muito importante que o docente construa uma base dialógica forte com o corpo discente. A temática ambiental é extremamente profunda, inter e transdisciplinar e caso o professor queira se refugiar na zona de conforto da aula tradicional com efeitos puramente mnemônicos corre o risco de perder uma grande oportunidade.

Os telejornais estão repletos de notícias ligadas ao descaso com o meio ambiente, o professor pode se utilizar destas informações para incentivar a participação dos alunos na sala de aula. É extremamente importante que o corpo discente possa perceber o que está acontecendo com a nossa casa comum, o planeta terra e que as nossas escolhas enquanto cidadãos (e eleitores) podem influenciar sim o destino do lugar onde vivemos. Vasconcellos assevera que:

A tarefa do educador é ajudar o educando a tomar consciência das necessidades postas socialmente, colaborar no discernimento de quais são as essenciais e na articulação delas com o objeto de conhecimento em questão. Numa sociedade massificadora e alienante, fica evidente a dificuldade do educador em realizar esta tarefa, mas também, por isto mesmo, a sua importância. (VASCONCELLOS, 1992, p. 8)

Todo este caminho de transformação na sala de aula precisa ser levado a diante fora dela, pois caso contrário será uma perda de tempo. A prática no cotidiano precisa ser revista, reavaliada; as escolhas e suas consequências nos aguardam sempre mais adiante. Sem uma mudança a partir da forma de pensar, as mudanças externas serão muito mais difíceis. Vasconcellos assevera que:

Como apontamos anteriormente, a unidade indissolúvel teoria-prática se dá na prática e, portanto, o processo de conhecimento não está completo enquanto não houver a atividade prática relativa ao elemento teórico em questão, ou seja, entendemos que o conhecimento efetivo só se realiza quando da prática relativa a ele. Um conhecimento, para levar à ação, deve ser carregado de significado (compreensão) e de afetividade (envolvimento emocional). Desta forma compreendemos que o trabalho com o conhecimento deve esta articulado com a realidade no sentido de sua transformação. É certo que nem todo conhecimento permite uma articulação prática imediata, mas é importante que, mesmo através de mediações, seja garantido seu vínculo com a transformação da realidade. (VASCONCELLOS, 1992, p. 16)

2.3.1 O caminho proposto pela ecopedagogia

No artigo “Atores sociais e meio ambiente - a mediação da ecopedagogia” presente no livro *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*, Aloísio Ruscheinsky proporciona reflexões que podem ajudar aqueles que desejem falar do meio ambiente de uma maneira crítica na sala de aula. Ruscheinsky (2004) ressalta:

Cabe destacar o fato que a ecopedagogia propõe-se a ultrapassar o limite das ações pontuais no cotidiano, a inserir a crítica à sociedade atual em diversos aspectos, a projetar uma nova relação com a natureza fundamentada numa outra relação entre os seres humanos e a compreender tudo isto como um processo pedagógico e um movimento social. (RUSCHEINSKY, 2004, p.52)

Partindo destes pressupostos nota-se que os desafios a serem superados não parecem poucos, pois se demonstra necessário desconstruir uma série de ilusões que foram se fortalecendo durante décadas e ainda permanecem na

mentalidade da maioria das pessoas. Uma das ilusões a ser desconstruída seria aquela na qual o ser humano se percebe superior à natureza (o antropocentrismo da Idade moderna), ao meio ambiente e por isso poderia fazer dele o que bem entendesse. Como a ideia de antropocentrismo (o homem no centro do universo) conseguiu se perpetuar através dos séculos parece que esta visão ainda está presente no século XXI e as pessoas, de maneira geral encaram com naturalidade este tipo de mentalidade. Outro fato a se observar na contemporaneidade é a visão do coletivo que perde espaço em detrimento de uma visão individualista. Ruscheinsky assevera:

[...] é hora de compreender que antes de propor formação de consciência, convém suscitar a prática adequada que informa a consciência social e alicerça a compreensão do horizonte de leitura e de suas respectivas relações. [...] há que se investir em mudanças culturais que afetam a mentalidade, o comportamento como modo de pensar e agir, a cultura política, a visão de mundo, as representações sociais, a solidariedade, a participação. (RUSCHEINSKY, 2004, p.57 e 59)

Uma maneira de iniciar este processo de valorização do coletivo, como já foi supracitado, seria através das aulas de ética e filosofia política (dentro da disciplina de filosofia). Quando esta disciplina é oferecida de maneira a privilegiar o diálogo acaba fortalecendo a cidadania, a autonomia e o altruísmo. Quando o discente questiona, no geral, a nossa maneira (muitas vezes irresponsável e inconsciente) de viver no mundo e se percebe enquanto protagonista da sua própria vida ele terá as bases para compreender todo este caminho apresentado através das ideias ligadas aos bens comuns e à ecopedagogia. Uma das funções das aulas de ética é produzir reflexões, também a partir do cotidiano, para que os alunos e alunas possam se tornar homens e mulheres responsáveis, conscientes e atuantes em todos os setores da sociedade.

O vigor e o significado das ações cotidianas fundamentam ou subsidiam os grandes empreendimentos ambientais, como o reordenamento do consumo, a mudança das relações, a coleta seletiva e reciclagem, o combate à pobreza, o saneamento básico, entre outros, a fim de encaminhar problemas ambientais crônicos. (RUSCHEINSKY, 2004, p.58 e 59)

Todos estes quesitos levantados por Ruscheinsky possuem muitas afinidades com a argumentação de Ugo Mattei quando se trata dos bens comuns. Todo este percurso inovador favorece a desconstrução das ideias equivocadas que foram se

perpetuando através dos tempos; este caminho visa também o fortalecimento da cidadania além de colaborar (espera-se, através de práticas sustentáveis) com a vida no planeta.

2.4 A PESQUISA E A TÉCNICA DO GRUPO FOCAL PARA FACILITAR O “PARTO DAS IDEIAS” SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS DURANTE AS AULAS DE FILOSOFIA.

A proposta de resgate da noção de bens comuns necessita de uma didática diferenciada que possa ir além do ensino tradicional. O filósofo Sócrates quando tinha suas conversas filosóficas na *ágora* buscava sempre argumentações fundamentadas na reflexão. Quando seu interlocutor raciocinava com a própria cabeça, manifestando suas próprias ideias, fugindo dos esquemas tradicionais (e repetitivos) de pensamento, Sócrates então denominava este fato como “parto das ideias” (maiêutica). O resgate da noção de bens comuns passa necessariamente por um novo “parto das ideias” dentro da sala de aula.

É possível constatar facilmente que tanto a filosofia quanto a temática dos bens comuns exigem uma perspectiva interdisciplinar para um melhor resultado na relação de ensino-aprendizagem. Se durante as aulas o docente explorar os assuntos ligados aos bens comuns e à filosofia de maneira esquemática e mnemônica, estará fechando a porta para as possibilidades de diálogo, questionamento e reflexão; o resultado final será o desinteresse dos alunos. Sabe-se que ainda persiste em alguns ambientes a ideia de que a escola tradicional (onde muitas vezes o conteúdo precisa ser decorado e não apreendido) seria a solução para os problemas educacionais do nosso país. O “movimento escola sem partido” infelizmente comprova esta constatação.

O professor que busca melhorar a relação de ensino-aprendizagem precisa adentrar no campo da pesquisa, e por sua vez, pode estimular seus alunos nesta área. A metodologia da pesquisa-ação pode colaborar em todo este processo de resgate da noção de bens comuns.

A partir daí, ao se falar de bens comuns nada melhor do que estimular os alunos a pesquisar sobre o tema para aprimorar a sua dimensão prática. O descaso dos governantes e a passividade da população no que diz respeito aos bens comuns pode ser constatado através de um número infinito de notícias jornalísticas. Resgatar a noção de bens comuns através deste trabalho de pesquisa pode

contribuir muito para uma maior reflexão sobre este tema e também para ações mais responsáveis, voltadas ao aprimoramento da cidadania, por parte dos estudantes.

O trabalho que busca o parto das ideias em sala de aula pode ser inspirado na metodologia da pesquisa-ação. David Tripp (2005, p. 449) esclarece que “na pesquisa-ação, o necessário é explicar os fenômenos, não é seu objetivo construir o tipo de rede de explicações implicadas na teoria científica.”

Utilizar a pesquisa, como instrumento didático, buscando alcançar objetivos ligados à prática é útil para ampliar o campo de reflexão dos estudantes. O método da pesquisa-ação (que influenciou o projeto bens comuns) pode facilitar este processo e tem como objetivo principal promover mudanças (a longo prazo) no comportamento das pessoas envolvidas na relação de ensino-aprendizagem.

René Barbier (2002, p. 30) ressalta que “a pesquisa-ação orienta-se para uma participação crescente das populações envolvidas. Passa-se de pesquisador a interventor e a agente a mudança [...]”.

Outra técnica de investigação qualitativa para o professor/pesquisador observar se o trabalho de pesquisa sobre os bens comuns foi capaz de desencadear reflexões mais profundas no corpo discente é o grupo focal. Mesas redondas que facilitem debates onde as pessoas envolvidas possam expressar espontaneamente as suas percepções e opiniões podem revelar ao professor se os objetivos (maior esclarecimento e consciência sobre os bens comuns) foram ou não alcançados. Gondim (2003, p. 152) esclarece que:

O uso dos grupos focais está relacionado com os pressupostos e premissas do pesquisador. Alguns recorrem a eles como forma de reunir informações necessárias para a tomada de decisão; outros os veem como promotores da auto-reflexão [sic] e da transformação social e há aqueles que interpretam como uma técnica para a exploração de um tema pouco conhecido, visando o delineamento de pesquisas futuras.

Todo este novo percurso na maneira de olhar e se relacionar com os bens comuns através de uma nova proposta didática poderá contribuir para um aprimoramento da sociedade através da cidadania ativa. Esta proposta se relaciona com a visão emancipatória que o grande educador Paulo Freire propagou quando estava entre nós.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de

assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (Freire, 2000, p.46)

Sem uma proposta realmente emancipatória o projeto educacional faz pouco sentido; ao acompanhar as notícias cotidianas é fácil notar a necessidade atual da presença de cidadãos livres, conscientes e emancipados para se construir uma sociedade mais justa e equilibrada.

3. PROJETO BENS COMUNS: DUAS EXPERIÊNCIAS REAIS SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS NAS AULAS DE FILOSOFIA

Lecionar filosofia na escola pública nos dias atuais não é tarefa fácil. O imediatismo da sociedade atual impede na maioria das vezes a construção de conceitos, a autonomia e a originalidade. Muitos alunos do ensino médio também possuem dificuldades com o pensamento abstrato, pois durante o ensino fundamental (os que frequentaram a escola pública) não foram habituados a raciocinar com a própria cabeça, mas são ótimos copistas! Todos estes fatores dificultam o trabalho do professor de filosofia; entretanto quando o corpo discente percebe que os assuntos tratados nas aulas são assuntos ligados ao cotidiano e não somente pura abstração participa com maior interesse nas aulas. O professor precisa ouvir os alunos, mas sempre lembrá-los que o senso comum pode ser utilizado somente como ponto de partida das discussões e não como objetivo final.

A introdução do tema “Bens Comuns” para falar da tutela dos recursos naturais pode trazer muitas satisfações ao professor que quer abordar as ciências ambientais durante as aulas de filosofia. O desenvolvimento desta abordagem parece ter maior pertinência nas aulas de ética, mas o tema também pode ser tratado nas aulas de filosofia política.

A ética, enquanto disciplina filosófica que estuda, historicamente, o comportamento e o agir humanos pode ajudar a aprimorar a consciência dos alunos sobre as questões ambientais. Não é necessário fazer grandes esforços para perceber que vivemos num período histórico onde a questão econômica (ou do poder econômico) é encarada como grande protagonista da atualidade. Esta preocupação excessiva sobre as questões econômicas traz consigo a desvalorização crescente pelo meio ambiente e uma visão limitada sobre a utilização dos recursos naturais. Os governantes também contribuem (talvez de maneira indireta) para desvalorização dos recursos naturais, visto que muitas vezes privatizam os bens comuns sem consultar a população, como se fossem seus proprietários exclusivos. É provável que num futuro não muito longínquo a água seja considerada artigo de luxo em certos lugares e o que hoje é um bem comum será visto como uma mercadoria cara.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012) nos esclarece sobre a questão dos interesses privados sobre os bens comuns:

Há aqui, um claro componente social e político, além do ambiental propriamente dito, já que a existência de um bem disponível a todos não tem, propriamente, interesse para a economia mercantil. Haveria, assim, na própria teoria, o pressuposto de que a privação, a escassez, é que torna um bem econômico. A propriedade privada se torna assim, um pressuposto jurídico e político para a economia mercantil capitalista moderna, na medida em que a propriedade privada – o nome já diz – priva quem não é proprietário e, assim, constitui a escassez como base da economia (mercantil capitalista). Privar homens e mulheres da riqueza – a começar pela própria natureza, com a propriedade privada da terra – é condição para que se instaure o reino da economia mercantil (a crematística de Aristóteles). (P. 57)

Outro autor que corrobora esta visão é Ugo Mattei, jurista italiano, autor do ensaio “Beni Comuni”. Para ilustrar a situação atual onde os bens comuns perdem cada vez mais espaço ele afirma que o Estado e as grandes corporações unidos por interesses comportam-se como um alicate (metáfora para ilustrar a situação onde ocorrem dois pontos de pressão sob um único ponto) que esmaga os bens comuns. O ponto de partida deste projeto surgiu com a leitura do texto de Mattei onde ele diz:

A consciência dos bens comuns enquanto instrumentos políticos e constitucionais para a satisfação direta das necessidades e dos direitos fundamentais da coletividade não aparece nas discussões. E ela constitui, essencialmente, um fator de união política, ainda tecnicamente sem forma, que têm raízes no profundo sentido de injustiça, que dá vida ao direito. A consciência dos bens comuns e da contínua expropriação deles surge no âmbito das batalhas duríssimas, frequentemente sangrentas, muitas vezes perdidas mas sempre emancipatórias, que se desenvolvem em todo mundo pela sua defesa. (MATTEI, 2011, p.13, tradução nossa)

A partir da leitura deste trecho foi possível entender que a discussão sobre os bens comuns pode iniciar na sala de aula para, mais tarde, ter outros desdobramentos.

3.1 COMO TRABALHAR CIÊNCIAS AMBIENTAIS DURANTE AS AULAS DE FILOSOFIA?

Sendo a filosofia a mais interdisciplinar das matérias (desde a sua origem), pode ser fácil, enquanto professor, pensar em alternativas para a abordagem das ciências ambientais através das aulas de filosofia. Para isto se faz necessário se utilizar de um recurso muito simples e que todos os alunos têm à disposição: a criatividade. Durante o ensino médio os adolescentes estão no auge da criatividade, pois é possível notar a expressão desta criatividade através do modo como se

vestem, do seu comportamento, etc.

Uma das possibilidades de trabalhar o ensino das ciências ambientais durante as aulas de filosofia consiste na proposta de utilização do livro “Beni Comuni” de Ugo Mattei como base para a produção, por parte dos estudantes, de uma história em quadrinhos (HQ) reelaborando alguns trechos do livro. Este trabalho pode envolver todas as disciplinas da grade curricular, mas especialmente a disciplina de filosofia no que diz respeito à elaboração de conceitos; língua portuguesa no que diz respeito à léxico, sintaxe, interpretação e produção do roteiro da HQ; envolve também a disciplina de artes, pois os alunos tem a possibilidade de trabalhar os tipos de traço, os estilos de representação, a questão das cores, etc.

O objetivo principal é que o aluno consiga (através da reelaboração de alguns trechos do livro) apropriar-se dos conteúdos e da mensagem expressa por Ugo Mattei em sua obra. Posteriormente, espera-se que o discente possa também reinterpretar o que acontece no lugar onde vive, na sua realidade e no seu cotidiano. Esta forma de trabalhar pode contribuir muito para o desenvolvimento do aluno, pois se utiliza de aspectos lúdicos mas também serve para abordagem de problemas da realidade local que devem ou precisam ser resolvidos. Luiz king Júnior (2015) ressalta que a Lei 9394/96 corrobora esta abordagem mais lúdica e criativa:

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de Dezembro de 1996, foi exposto a importância de incluir no Ensino Fundamental e Médio outras formas de manifestações artísticas e linguagens. O artigo 3º define bases para o ensino, incluindo o item II “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”

Esta proposta também melhora a relação entre os alunos e o docente na medida em que possibilita a este último fugir das atividades habituais e das avaliações tradicionais que tanto aborrecem os alunos.

É possível realizar oficinas/encontros em qualquer escola, com alunos do ensino médio no contraturno. As oficinas podem ser abertas a todos que tiverem interesse em participar de discussões sobre temáticas ligadas ao meio ambiente, à ética e filosofia política. Após uma primeira apresentação do tema pelo professor, podem ocorrer leituras (em voz alta) de textos, que abordem a questão dos bens comuns, a necessidade da sua tutela e também sobre ética e cidadania. Depois desta primeira leitura o professor poderá propor temas de pesquisa individual ou em grupo sobre os temas desenvolvidos a partir das leituras. O professor pode

apresentar também vídeos jornalísticos e (quando for possível) músicas referentes aos temas abordados na primeira leitura para melhor contextualizar e enriquecer os debates sobre o assunto a partir de aspectos lúdicos.

A próxima etapa consiste em criar uma obra artística (por exemplo, uma história em quadrinhos, um cartaz, uma pintura ou uma colagem) para expressar as ideias individuais dos envolvidos em todo o processo da oficina. O debate das ideias é a próxima etapa, tendo como inspiração, o modelo socrático de debate e discussão (presentes nas obras de Platão). É importante desencadear o “parto das ideias” em todos os envolvidos no projeto. É importante atingir os objetivos propostos, ou seja, a verbalização das próprias ideias, de uma maneira a valorizar a autonomia e o pensamento crítico individual.

Quando o professor lecionar num contexto diferente do ensino médio regular deverá adequar a abordagem à faixa etária dos alunos. No caso dos alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos) o perfil do corpo discente é diferente, pois é composto na maioria das vezes por pessoas adultas que trabalham durante o dia e estudam durante à noite. Estes alunos na maioria das vezes se mostram cansados após um dia de trabalho e não demonstram tanto interesse em atividades ligadas à criatividade. Cada perfil de aluno merece consideração, e o bom professor às vezes precisa adaptar os conteúdos para não fazer da aula um momento de aborrecimentos.

De qualquer maneira, em ambos os casos (ensino médio regular ou EJA) o método de trabalho pode desenvolver-se a partir dos seguintes tópicos:

- Pesquisa exploratória e explicativa: partindo de inúmeras pesquisas e leituras que abordam os temas: ética, filosofia política, bens comuns, meio ambiente, cidadania e participação popular pode-se descobrir quais visões predominaram no panorama ocidental até o presente momento, visando obter maior familiaridade com os problemas relacionados a estes temas; a ideia consiste em buscar o conhecimento da realidade, ou seja, como os bens comuns (mais especificamente o meio ambiente) são vistos na atualidade e como podemos melhorar a relação dos cidadãos com os bens comuns (através de uma maior e mais eficiente tutela);
- Método dialético (grupo focal) na perspectiva histórico-crítica, o “parto das ideias”: o objetivo é desenvolver a temática “meio ambiente como bem comum” através da discussão sobre fatos históricos para facilitar reflexões; desta maneira, poderá ocorrer, posteriormente, uma melhor compreensão do que pode

ser aprimorado em relação à gestão do meio ambiente (bem comum);

- Abordagem qualitativa (interpretação dos fenômenos): busca-se estabelecer considerações sobre a relação dos cidadãos com o meio ambiente, através de reflexões éticas para contribuir nas questões relacionadas à tutela do bem comum.

3.2 RELATO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

3.2.1 Experiência 1 – Colégio Gratulino de Freitas – Guaratuba/PR

Durante o mês de setembro de 2017, o professor de filosofia do Colégio Estadual Gratulino de Freitas em Guaratuba/PR, desenvolveu um projeto chamado “Projeto Bens Comuns” com alguns alunos do curso de formação docente (Magistério) no contra turno. O projeto consistia em transformar em História em Quadrinhos (HQ) para adolescentes alguns trechos da obra de Ugo Mattei. O texto original pertence ao gênero ensaio, mas possui trechos onde se apresentam pequenas narrativas que podem gerar ilustrações ou HQ. Foi uma experiência nova para o professor, pois nunca havia feito algo do gênero. Há alguns anos atuando como docente, nunca tinha encabeçado um projeto deste porte. Além desta dificuldade de começar um projeto novo, naquele momento estava lecionando em sala de aula 40 horas semanais, fazendo muitas leituras, também estava matriculado em uma disciplina do mestrado e contemporaneamente traduzindo o livro “Beni Comuni”.

Este projeto realizado no Colégio Gratulino só foi possível a partir da tradução desta obra (do italiano para o português) realizada pelo professor de filosofia desde Janeiro de 2017.

No início de Setembro foi selecionado um trecho da tradução e encaminhado para os alunos envolvidos no projeto. Eles leram e perceberam que a linguagem do livro era muito diferente da literatura que estão acostumados a ler (pois os alunos são adolescentes). Então foi explicado que o autor é considerado o maior jurista da atualidade e que a tradução feita pelo professor busca ser fiel ao original e talvez por isso a compreensão não fosse tão imediata. O trecho escolhido relatava três momentos históricos nos quais populações se uniram e lutaram pelo bens comuns: a revolta em Chiapas no México em 1994, as manifestações contra o encontro da OMC em Seattle no ano de 1999 e a Guerra da água de Cochabamba na Bolívia no

ano 2000.

No encontro sucessivo foi lido o trecho juntamente com eles e foi-se conversando, dialogando sobre o mesmo. Ficou claro: com este método o texto foi mais bem compreendido. Após esta etapa, foram feitas pesquisas sobre os fatos relatados naquele trecho do livro com o objetivo de analisar outras fontes. Conversamos sobre a hipótese de aqueles eventos acontecerem aqui no Brasil, foram feitas analogias e discussões sobre os assuntos pertinentes à temática dos bens comuns. Depois foram realizadas mais pesquisas sobre matérias e imagens jornalísticas referentes àqueles fatos expostos no livro. Após esta etapa os alunos então começaram a elaborar roteiros para a melhor ilustração dessas histórias reais, utilizando História em Quadrinhos (HQ). Muitas vezes o docente e os alunos comunicaram-se através do aplicativo WhatsApp pois geralmente os discentes faziam perguntas ou mostravam seus desenhos também quando estavam em suas casas.

FIGURA 1 – A ALUNA ESCREVENDO SOBRE O CARTAZ



FONTE: ACERVO PESSOAL (2017)

Foram realizados mais encontros e tudo correu de forma tranquila, com o objetivo claro de finalizar o projeto. Quando esta empreitada foi encerrada no final do mês de setembro o grupo de trabalho era então composto de seis participantes (com o docente); infelizmente muitos alunos não puderam dar continuidade à ideia inicial por compromissos familiares ou de trabalho. Durante este projeto foi interessante trabalhar com a perspectiva das inteligências múltiplas, pois cada aluno contribuiu

do seu jeito, revelando suas inclinações e aptidões.

No dia 30 de Setembro os cartazes foram apresentados na Aula Inaugural do Curso de Mestrado PROFCIAMB, referente à turma 2017 na UFPR Litoral. O objetivo era compartilhar as ideias e experiências com os outros participantes do evento.

FIGURA 2 – APRESENTAÇÃO DOS CARTAZES COM OS ALUNOS NA UFPR LITORAL

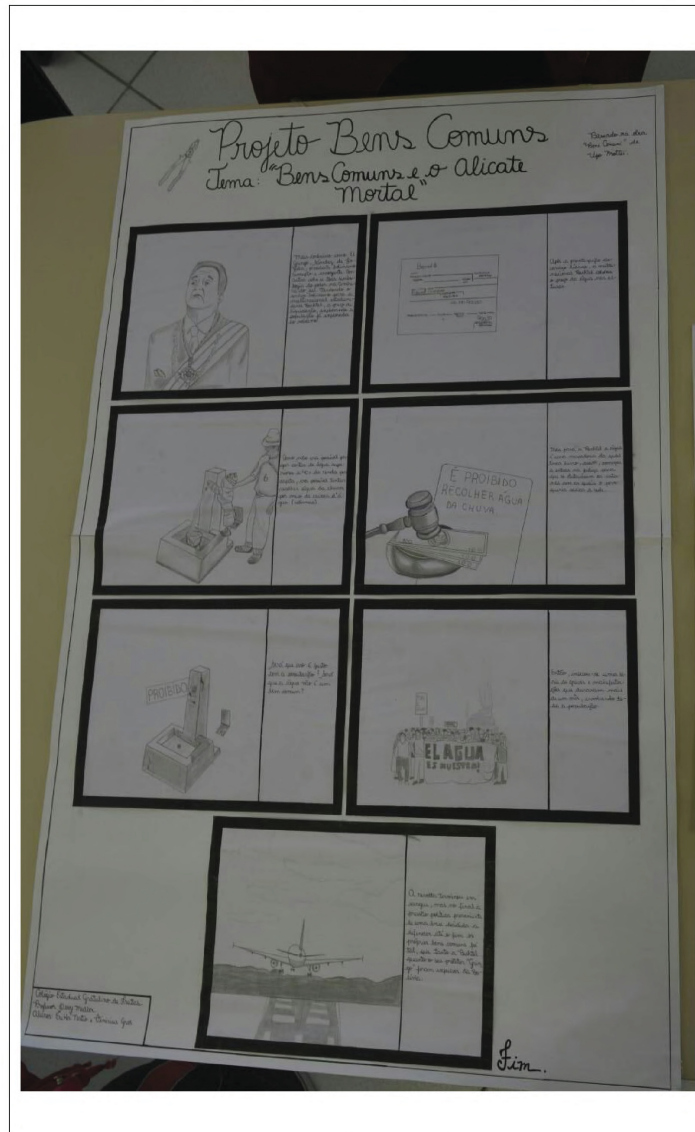


FONTE: RAFAEL SOVERAL (2017)

Um dos alunos envolvidos no projeto fez algumas fotos deste percurso e outro realizou um vídeo (tipo making-of) que pode ser encontrado no YOUTUBE. Este vídeo foi denominado “Projeto Bens Comuns – Professor Levy Muller Jr”, no link: <<<https://www.youtube.com/watch?v=aAll6heilec>>>.

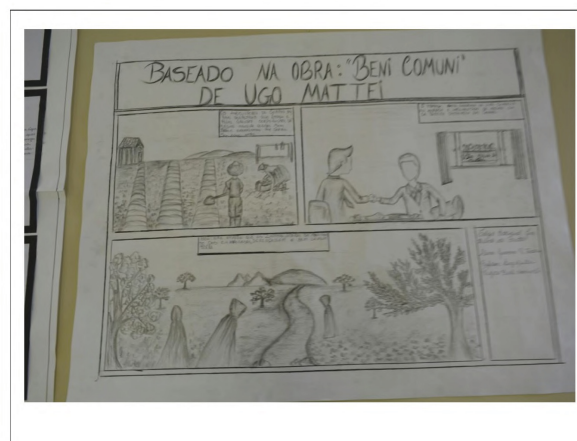
Após o evento, de volta à Guaratuba todos demonstraram interesse na continuidade e expansão deste projeto e isto deixou o professor muito satisfeito.

FIGURA 3 – CARTAZ REALIZADO PELOS ALUNOS



FONTE: RAFAEL SOVERAL (2017)

FIGURA 4 – CARTAZ DE OUTRA ALUNA



FONTE: RAFAEL SOVERAL (2017)

3.2.2 Experiência 2 – Colégio 29 de Abril – Guaratuba/PR

As aulas iniciaram em fevereiro de 2018 na turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Colégio 29 de Abril. O EJA trabalha com as disciplinas do ensino médio em blocos, portanto as aulas de filosofia foram colocadas às sextas-feiras em quatro aulas geminadas de cinquenta minutos cada. Este bloco para o curso de filosofia no ensino médio é composto de somente sessenta e quatro horas no seu total. O fato, por si só já se revela curioso, pois a disciplina que possui uma longa tradição de mais de 2.500 anos como é o caso da Filosofia precisa ser condensada em sessenta e quatro horas para os alunos concluírem o ensino médio. Sabe-se que a disciplina de Filosofia voltou ao ensino médio há apenas dez anos e que os governantes não demonstram interesse no aumento da população que possui pensamento crítico, pois o eleitor ignorante e ligado ao senso comum certamente é menos comprometido com a mudança e garante mais lucros à classe política. Quando Marx aborda a luta de classes em seus escritos percebemos que o século XXI tem ainda, infelizmente, muitas semelhanças com o século XIX.

A turma do EJA iniciou numerosa, mas a cada sexta-feira o número de pessoas ia diminuindo. Todos eram trabalhadores que durante o dia estavam comprometidos nas suas atividades profissionais e/ou familiares e à noite se esforçavam para ir à escola em busca de um futuro melhor. Todos eram moradores de Guaratuba, mas somente um aluno era guaratubano de nascimento. Os alunos demonstraram boa vontade para com essa disciplina que era nova para eles, mas era perceptível que tinham grandes dificuldades de leitura e interpretação de textos. Frases feitas e pensamentos ligados ao senso comum também eram recorrentes, mas gradativamente foram entendendo que a Filosofia busca o pensamento crítico, com fortes bases racionais buscando ir além do senso comum.

Nas primeiras aulas foram trabalhados conteúdos sobre a história da filosofia, a partir dos filósofos pré-socráticos, Sócrates, Platão, Aristóteles sempre através de um panorama sem muito aprofundamento, pois o tempo não consentia uma visão mais profunda sobre todos os conteúdos. A partir do momento que o tema “ética” começou a ser abordado as aulas se tornaram mais interessantes, pois os alunos tinham maior curiosidade sobre este tema. Foram então apresentadas as éticas platônica, aristotélica e kantiana, além dos filósofos cínicos, estoicos e epicuristas. A partir deste momento o professor começou a tratar a questão ambiental através de um viés ético. Durante as aulas se discutia sobre as questões econômicas e

escolhas políticas que menosprezam o meio ambiente, as leis de mercado, o desrespeito às leis ambientais, a questão do “capitalismo selvagem” que maltrata seres humanos, comunidades locais e o meio ambiente. Foram feitas muitas reflexões sobre estas temáticas também no momento que foi abordada a filosofia política. Os alunos demonstraram muitos conhecimentos sobre a realidade local como moradores de Guaratuba e fizeram diversos relatos enquanto cidadãos insatisfeitos.

Foi apresentado então o tema “Bens Comuns” a partir do mesmo trecho da tradução que tinha sido trabalhado no Colégio Gratulino anteriormente. Foi sugerido que a turma se separasse em equipes e fizessem pesquisas sobre os eventos de Seattle, Cochabamba e Chiapas para a realização de uma mesa redonda para a apresentação da pesquisa e discussão do assunto. A ideia da pesquisa foi inspirada na perspectiva da Pesquisa-Ação de René Barbier para trazer num primeiro momento a apropriação do conhecimento histórico necessário e posteriormente ocasionar reflexões nos participantes, tendo em vista uma mudança na atitude enquanto cidadãos.

FIGURA 5 – ALUNOS APRESENTANDO CARTAZ SOBRE O EXÉRCITO ZAPATISTA

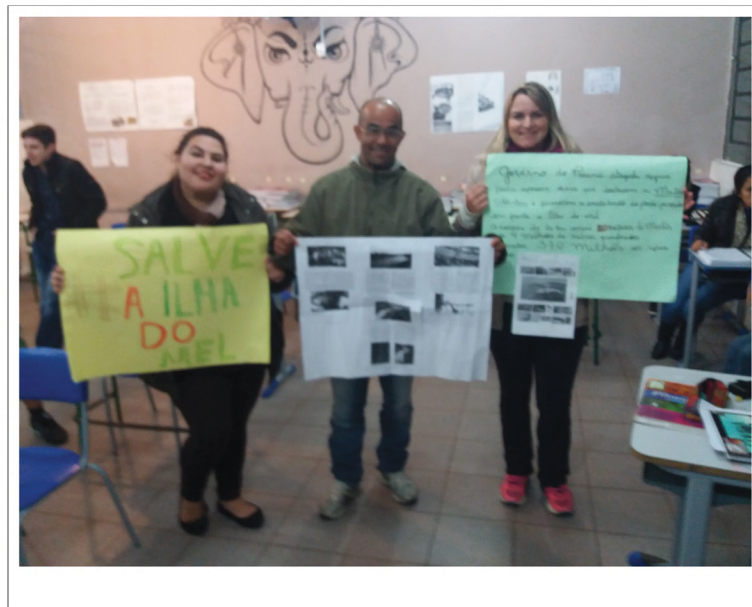


FONTE: LEVY MULLER JR (2018)

O resultado se revelou bem interessante, pois cada aluno realizou a pesquisa

e apresentou falando sobre questões de cidadania, escolhas políticas, jogos de poder e a participação ativa das comunidades em cada um dos contextos geográficos da pesquisa. Esta mesa redonda teve uma forte inspiração na ideia de Grupo Focal do artigo de Sônia Maria Guedes Gondim². O professor pôde constatar o resultado de um trabalho realizado em pouco tempo que proporcionou grande crescimento aos alunos. Alguns realizaram cartazes para ilustrar a pesquisa realizada, mas não demonstraram interesse em elaborar histórias em quadrinhos pois afirmaram que não eram mais crianças ou adolescentes.

FIGURA 6 – ALUNOS APRESENTANDO CARTAZES SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS ATUAIS



FONTE: LEVY MULLER JR (2018)

Concluída esta primeira mesa redonda, foi agendada então uma segunda mesa redonda onde o professor sugeriu que eles trouxessem uma pesquisa referente a problemas ambientais da região onde eles vivem. Esta última mesa redonda foi realizada na última sexta-feira de aula, ou seja, no encerramento das sessenta e quatro horas concedidas à disciplina de Filosofia. Foi muito interessante, pois a maioria dos alunos fez uma espécie de retrospectiva de todo o percurso realizado durante as aulas, lembrando frases e situações ocorridas. Com relação aos bens comuns locais a maioria dos alunos escolheu falar sobre os problemas

²GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12(24), p. 149-161. 2003.

ambientais da Ilha do Mel. Questões referentes ao abuso de poder dos governantes, as construções abusivas, os grandes grupos que através do uso do dinheiro conseguem atingir todos os objetivos, e também sobre a corrupção, o desemprego e a desvalorização da cultura local (como por exemplo, dos caiçaras) que fortalece uma visão de “progresso” que se apresenta através da promessa de maiores possibilidades de emprego no setor do turismo. Um aluno que é proveniente do Estado de Alagoas foi à contramão dos colegas e relatou os problemas ambientais e políticos da sua cidade natal.

Nesta última mesa redonda o objetivo do professor era perceber se os alunos conseguiam relacionar os temas estudados na teoria com os problemas práticos dos cidadãos que estavam ali presentes. O resultado se mostrou muito positivo a todos os envolvidos, porém o fato de ter-se um curto tempo para o desenvolvimento apropriado da temática impediu um maior aprofundamento das questões; e também o fato dos alunos terem trabalhado durante todo aquele dia e toda aquela semana também reduziu a possibilidade de apresentações mais ricas. De qualquer maneira o resultado pode ser considerado surpreendente e certamente o olhar do corpo discente com relação às questões ambientais, cidadãos e éticas foram aprimoradas. Portanto os objetivos foram atingidos.

4 PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

PROJETO BENS COMUNS

•**Disciplinas:** Filosofia; Ciências Ambientais;

•**Objetivos:**

- 1) Desenvolver o “parto das ideias” socrático sobre os bens comuns;
- 2) Refletir sobre os conceitos de cidadania e ética relacionando-os ao meio ambiente;
- 3) Reconhecer os problemas ambientais e suas causas na contemporaneidade;
- 4) Discutir sobre a cidadania ativa;
- 5) Propor um novo olhar para facilitar uma gestão ambiental mais participativa;

•**Conteúdos:**

História da filosofia, ética, cidadania, participação popular, dialética socrática, revolta em Chiapas (1994), guerra da água na Bolívia (2000), Manifestações contra o

encontro da OMC em Seattle (1999).

•**Anos:** 2º Ano do Ensino médio ou também EJA (Educação de Jovens e Adultos);

•**Tempo estimado:** 6 aulas de 50 minutos cada;

•**Material necessário:**

1. Um livro didático de filosofia; recomenda-se “Filosofia, experiência do pensamento” do autor Sílvio Gallo;

2. Um livro que fale sobre os desafios ambientais da atualidade, recomenda-se “Bens Comuns, um manifesto” de Ugo Mattei e/ou “O desafio ambiental!” do autor Carlos Walter Porto Gonçalves;

3. Artigos de jornais e/ou revistas que falem sobre os impactos ambientais produzidos pelo homem;

4. Se a escola possuir um laboratório de informática funcionando os alunos poderão pesquisar imagens e textos relacionados ao tema;

5. Materiais para a confecção de cartazes: cartolina, tesoura, cola, canetinhas, giz de cera, etc.

•**Atividades prévias:**

1) Aulas expositivas sobre a história da filosofia que abordem a Grécia Antiga, a *pólis* grega, os filósofos pré-socráticos, a *ágora* (espaço de debate), os filósofos mais conhecidos da antiguidade: Sócrates, Platão, Aristóteles e outros filósofos de períodos posteriores;

2) O aluno deve estar consciente que a filosofia é o desenvolvimento do pensamento crítico, embasado em leituras, em raciocínio lógico e não sobre o senso comum (que pode ser utilizado somente como ponto de partida);

•**Desenvolvimento:**

1º etapa:

O professor faz um panorama sobre a ética, disciplina da filosofia, falando principalmente sobre as visões de Platão e Aristóteles, mas também sobre a visão ética de Immanuel Kant; os filósofos cínicos, estoicos e epicuristas também podem ser lembrados (ou também outros filósofos de acordo com a preferência do docente). As aulas precisam se desenvolver sempre com a participação dos alunos, o que será conseguido se o professor aproximar o conhecimento formal sobre a

ética com a realidade do cotidiano.

2º etapa:

Apresentação do tema a ser pesquisado pelos alunos (Revolta em Chiapas, Guerra da água na Bolívia, Manifestações contra o encontro da OMC em Seattle ou outros acontecimentos históricos); exposição sobre os maiores problemas ambientais da atualidade e sua ligação com a falta de ética e com a má política dos governantes. Apresentação de um texto extraído do livro de Ugo Mattei e/ou Carlos Walter Porto-Gonçalves. O texto escolhido precisa ser lido em voz alta durante a aula, o professor deve explicar o significado das palavras desconhecidas pelos alunos e também falar sobre a importância dos bens comuns (recursos naturais) para a sociedade.

3º etapa:

Dividir os grupos de pesquisa, tirar dúvidas dos alunos; recapitular os conteúdos das etapas anteriores se for necessário. O professor apresenta vídeos sobre os temas a serem desenvolvidos e/ou canções que falam da temática ambiental. É importante aqui trazer o aspecto lúdico para a sala de aula, para que o aluno sinta que o conhecimento não significa exclusivamente memorização, mas também apropriação e transformação da prática.

4º etapa:

A realização da pesquisa pode ocorrer na sala de informática da escola se estiver funcionando; neste momento o professor poderá ajudar cada grupo e dialogar com os alunos sobre os possíveis caminhos a serem percorridos para uma melhor aprendizagem. Os artigos de jornais e revistas sobre a temática ambiental também são bem vindos, devem ser lidos e comentados para reforçar a aprendizagem. Os problemas ambientais locais devem ser lembrados para a mesa redonda.

5º etapa:

A preparação coletiva dos cartazes (contendo Histórias em quadrinhos ou outros conteúdos ligados aos temas estudados e pesquisados) pode ser também um momento de confraternização e alegria que antecipa a mesa redonda da próxima etapa; este momento é importante, pois talvez algumas falas e posicionamentos podem ser encarados como ataques pessoais quando os alunos tiverem pontos de vista diferentes;

6º etapa:

Mesa redonda, debate, o momento do “parto das ideias”, apresentação dos cartazes, verbalização de todo o processo e do conhecimento adquirido com o projeto. O professor se coloca como mediador, buscando não interferir e deixando cada aluno colocar o seu ponto de vista embasado no que foi desenvolvido durante as aulas. O mais importante é perceber se houve crescimento, se a aprendizagem dos alunos foi satisfatória e se conseguem sair da zona de conforto das “frases feitas” ligadas ao senso comum. O professor poderá realizar mais uma etapa de mesa redonda exclusivamente sobre os problemas ambientais locais (região/estado/cidade) dos alunos, após uma pesquisa sobre este tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o processo iniciado nas aulas do Mestrado em Rede para o Ensino das Ciências Ambientais, no segundo semestre de 2016, chegou o momento da conclusão e da finalização desta etapa. Sabe-se que lecionar qualquer disciplina enriquece muito qualquer ser humano que se propõe a ser professor, mas a potencialização do ato de ser professor ocorre quando a teoria se debruça com todas as suas forças para a transformação da prática. Todo o percurso realizado durante estes últimos dois anos contribuíram para a melhoria do meu fazer pedagógico. Foi possível desenvolver um novo olhar para com o corpo discente, aprender a ouvir para poder propor uma visão mais crítica, mais voltada para a prática e a realidade.

Certamente o projeto bens comuns também proporcionou aos alunos (que se envolveram efetivamente com ele) um novo olhar para as questões ambientais. Na maior parte das vezes quando se fala de meio ambiente as atividades desenvolvidas na escola fortalecem somente as questões referentes à reciclagem. Poder falar sobre ética, filosofia política, poder, cidadania ativa e responsabilidade ampliando e desenvolvendo o tema das ciências ambientais é algo extremamente enriquecedor. Hoje em dia, na mídia de forma geral, muito se fala sobre “empoderamento”, algo que acabou virando um chavão; mas esse empoderamento real somente ocorre a partir do momento que as pessoas têm a possibilidade de sair do senso comum, se aprofundar nos fatos que nos rodeiam e também sobre o pensamento crítico que grandes pensadores podem nos ajudar a desenvolver. A aplicação e a aplicabilidade dos conhecimentos apreendidos durante o Mestrado foram muito importantes para a minha formação e creio ser um profissional mais competente após este percurso. Sabe-se, porém que nunca chegaremos ao ponto final tratando-se do conhecimento; a evolução apresenta-se como um processo natural contra a estagnação. Partindo do diálogo e da construção do conhecimento é possível garantir um caminho com mais clareza e sabedoria. Somente através da educação e da conscientização será possível construir um mundo melhor para todos.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BARBIER, René. **A Pesquisa-ação**. Trad. Lucie Dídio. Brasília: Liber Livro, 2002.
- BOFF, Leonardo. **Ética e Espiritualidade – como cuidar da casa comum**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GALLO, Silvio. **Filosofia – experiência do pensamento**. São Paulo: Ed. Scipione, 2014.
- GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. *Paidéia*, 12(24), p. 149-161. 2003.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. 3º ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- JUNIOR, Luiz Alberto Knor King et al.. **HISTÓRIA EM QUADRINHOS E ATIVIDADE AVALIADA: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NO FUNDAMENTAL LL..** In: 1º PIBIDSUL / PARFORSUL / ENLICSUL: impactos na formação docente inicial e continuada. Anais... Lages (SC): UNIPLAC, 2015. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/pibidsul/23650-HISTORIA-EM-QUADRINHOS-E-ATIVIDADE-AVALIADA—UMA-POSSIBILIDADE-PARA-O-ENSINO-DE-CIENCIAS-NO-FUNDAMENTAL-LL>>. Acesso em: 25/10/2017 22:04
- MATTEI, Ugo. **Beni Comuni – Un manifesto**. Roma: Laterza, 2011.
- PEDRINI, Alexandre de Gusmão; SAITO, Carlos Hiroo. **Paradigmas Metodológicos em Educação Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- PLATÃO. **A República**. 3. ed. Belém do Pará: Ed. Da UFPA, 2000.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores sociais e meio ambiente - a mediação da ecopedagogia**. In: *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 21.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- TESTA, Edimárcio; PICHLER, Nadir. (Org.). **Ética, educação e meio ambiente**. 1 ed. Passo Fundo, RS: Editora UPF, 2008.
- TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Metodologia dialética em sala de aula**. In: Revista de educação AEC. Brasília: abril de 1992 (N. 83)